

Sumário

Prefácio	1
Introdução	9
1 Aproximações Teóricas ao Conceito de Violência	13
1.1 Considerações gerais	13
1.2 Violência e relações de poder	15
1.3 Relações Público/Privado e Violência.....	20
1.4 Violência e gênero.....	25
1.5 Os processos invisíveis e simbólicos da violência	30
1.6 Como se configura a violência contra a mulher.....	36
2 Características da Violência Contra a Mulher no Brasil e na Argentina	41
2.1 Considerações gerais	41
2.2 A Evolução de feminicídios na Argentina e no Brasil nos últimos anos	42
2.3 Os cenários de feminicídios praticados por arma de fogo	48
2.4 Local da agressão.....	49
3 Marcos Normativos Internacionais de Proteção às Mulheres	51
3.1 Considerações gerais	51
3.2 A Proteção da Dignidade da Mulher e os Marcos Normativos Internacionais.....	58
3.3 A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW	68
3.4 A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará	76
4 A Legislação Argentina de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência	87
4.1 Considerações gerais	87
4.2 A Lei 24.417 de Proteção contra a Violência Familiar	88

4.3 A Lei 26.485 e suas peculiaridades sobre a Proteção Integral para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher nos Âmbitos em que Desenvolvem suas Relações Interpessoais.....	94
4.4 Algumas comparações entre a Lei 24.417 de Proteção contra a Violência Familiar e a Lei 26.485 de Proteção Integral à Mulher.....	102
4.4.1 Âmbito de aplicação.....	103
4.4.2 Formas de violências	103
4.4.3 Grupo familiar	104
4.4.4 Legitimação para denunciar.....	104
4.4.5 Denúncias e Competências.....	105
4.4.6 Audiência	106
4.5 A Constituição Federal da Argentina e seus aspectos relevantes na proteção à mulher vítima de violência.....	107
4.6 O Código Civil argentino e os direitos da mulher.....	112
4.7 A violência contra a mulher no Código Penal argentino.....	115
5 Legislação Brasileira de Combate à Violência Contra a Mulher	119
5.1 Considerações gerais	119
5.2 Aspectos Relevantes da Constituição Federal do Brasil relativos à Proteção da Mulher Vítima de Violência	120
5.3 O Código Civil brasileiro e os Direitos da Mulher	123
5.4 O Código Penal do Brasil e as implicações jurídicas da violência contra a mulher	128
5.5 A Lei 9.099/95 e suas Limitações para o alcance de proteção	135
5.6 A Lei 11.340/06 e seus aspectos relevantes na proteção à mulher vitimizada	138
5.6.1 As modalidades de violência previstas na Lei 11.340/06.....	145
6 O Estado e as Estruturas Judiciais de Atendimento e Proteção às Mulheres Vítimas de Violência no Brasil e na Argentina	149
6.1 Considerações gerais	149
6.2 No âmbito do Poder Judiciário.....	150
6.3 No âmbito do Ministério Público	154
6.4 No âmbito da Defensoria Pública	156

7 As Medidas Cautelares no Processo Judicial de Apuração da Violência Contra a Mulher, no Brasil e na Argentina	159
7.1 Considerações gerais.....	159
7.2 Natureza jurídica das medidas cautelares protetivas de urgência no Brasil	159
7.4 A Aplicabilidade das Medidas Cautelares na Violência contra a Mulher.....	165
8 Avanços e Mudanças nas Leis de Proteção às Mulheres Vítimas de Violências no Brasil e na Argentina	167
8.1 Considerações gerais	167
8.2 Argentina - Ni Una Menos.....	167
8.3 Brasil – Lei 13.104/2015 - Lei do Feminicídio	168
8.4 Leis que alteraram e acrescentaram dispositivos à Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	169
8.5 Projetos de Lei (PLs) em tramitação no Congresso Nacional brasileiro	172
Conclusão	175
Referências	181
Anexos	199